

Escola não é quartel Por que não podemos aceitar a militarização das escolas públicas?

Geraldo Balduino Horn e
Alexsander Machado

Caro leitor, fica aqui nosso convite especial para ler e refletir junto conosco sobre um tema atual, muito preocupante e de grande relevância para as políticas educacionais influenciadas hoje, em grande medida, pela ideologia autoritária e pelo pragmatismo gerencial de viés neoliberal. Trata-se do tema da militarização das escolas públicas que acabou de chegar, infelizmente, também ao Paraná.

Na primeira matéria, João Wanderley Geraldi mostra a justificativa ideológica e propagandística deste projeto nefasto. Em seguida, Mônica Ribeiro apresenta uma análise crítica do PL 543/2020 - projeto recentemente aprovado na Assembleia Legislativa do Paraná. Por fim, Bernardo Kestring e Sebastião Donizete Santarosa apresentam, com clareza, as razões do porquê precisamos denunciar e dizer não ao projeto de militarização das escolas públicas do Paraná e do Brasil.

No Brasil, a política de militarização de escolas públicas é relativamente recente. Esse projeto passou a ter força e expandiu-se a partir do governo Temer, com a tomada do poder pela extrema direita. Com o golpe de 2016, esse projeto foi impulsionado e, em 2019, no governo profascista de Jair Bolsonaro, a militarização tornou-se prioridade absoluta. Já no segundo dia de seu governo, Jair Bolsonaro assinou um decreto permitindo a criação das escolas militarizadas. Em 2019 já existiam 120 escolas em 17 estados brasileiros, quase a metade delas em Goiás.

O modelo de escola cívico-militar busca fazer uma gestão compartilhada entre a Secretaria de Educação e a de Segurança Pública. A administração da escola, de acordo com os projetos já aprovados nos estados, é assumida pela Polícia Militar, pelo Corpo de Bombeiros ou por outros órgãos oficiais de segurança, enquanto a parte pedagógica segue sob a alçada da Secretaria de Educação. Desta forma, a escola militarizada separa as funções pedagógicas das funções administrativas, submetendo o processo didático-pedagógico ao administrativo. Isso fica claro no projeto de lei apresentado no Paraná. Separa e divide, obviamente, para controlar. Trata-se de um entendimento de administração escolar que vai contra todas as teorias pedagógicas minimamente respeitadas produzidas até hoje no Brasil. É preciso dizer que o processo da administração escolar é um todo integrado, construído por todos os atores/sujeitos da comunidade escolar. O administrativo, neste processo, decorre do pedagógico e não o contrário.

Escola não é lugar de polícia, não é lugar de formar soldados. Escola não é quartel. As escolas e os quartéis são duas instâncias e instituições com projetos de formação com finalidades totalmente distintas. Cada uma tem sua função social, nem mais nem menos importante, igualmente fundamentais uma vez que se respeitem a especificidade e a natureza de cada uma delas. A escola é voltada à formação cultural, científica, técnica e política dos indivíduos, em geral. A formação militar é voltada à segurança pública, responsável pela segurança das pessoas no convívio social. São experiências institucionais que não podem, de forma alguma, serem confundidas.

Os profissionais que atuam na formação de militares (para carreira militar/policial) têm formação específica dentro de uma perspectiva curricular voltada à preparação de profissionais para área da segurança. Policiais não são professores porque não fizeram licenciatura, não estudaram para educar, no sentido pleno atribuído ao que se entende por educação. Já os professores/as, da educação infantil ao ensino superior, constroem suas carreiras a partir de outros parâmetros, constroem-se como profissionais a partir do estudo, da pesquisa e da prática fundamentadas em princípios pedagógicos e educativos. Os professores/as são profissionais formados para lecionar, ocupam papel fundamental na construção de uma sociedade democrática, atuando de forma decisiva no processo de formação das pessoas para o pleno exercício da cidadania, para a inserção no mundo do trabalho e para a continuidade e o avanço no mundo dos estudos e da pesquisa em suas dimensões filosófica, artística e científica.

As escolas militarizadas impõem um modelo de formação com regras disciplinares rígidas, treinamento e controle baseados em práticas e meios punitivos, de uniformização, homogeneização e rigidez corporal. Não há respeito em relação à diversidade e à subjetividade manifestadas no próprio corpo dos estudantes, no jeito de andar, de se vestir e de ser. Cabelos compridos e pintados, o uso de “piercing”, de bermudas ou qualquer tipo de adorno corporal são proibidos. O menino não pode usar barba e tem que cortar o cabelo em estilo militar; a menina tem que amarrar o cabelo para trás; o corpo do estudante é adestrado de acordo como os rituais e práticas militares.

Esse tipo de escola incute nos estudantes o culto à autoridade e à hierarquização, típico de uma sociedade desigual: reforça a obediência cega à autoridade por meio da intimidação, do castigo, da punição e da obediência às regras rígidas impostas verticalmente. A formação é baseada no medo e não no princípio do diálogo, da troca, da confiança e da interação social, aspectos fundamentais a serem cultivados em projetos de educação efetivamente comprometidos com a formação humana integral necessária para construção de uma sociedade democrática.

Resista e diga NÃO à escola militarizada no Paraná e no Brasil!

Militarizar para disciplinar: superstições modelares

João Wanderley Geraldi - UNICAMP

Com a justificativa ideológica da meritocracia, com a qual se naturaliza a construção da miséria de muitos e o enriquecimento de poucos, a grande inovação pedagógica trazida pelo neoliberalismo foram as avaliações de larga escala. Supostamente as escolas que obtivessem escores elevados, ensinariam melhor. E os seus estudantes estariam melhor preparados para o mercado, isto é, para se tornarem disciplinados e produtivos trabalhadores. As avaliações ignoram as condições de entrada; desconhecem condições materiais e imateriais de cada escola e somente retratam a retenção de informações – exceto nas tais provas de redação – e dão como resultado não o que foi ensinado, mas aquilo de que o examinado se lembrou durante a prova. É, portanto, uma superstição pensar que seus resultados desvelam as verdadeiras relações de ensino e aprendizagem.

Mas para efeitos de propaganda ideológica, elas servem. E aquelas que obtêm os melhores resultados seriam as melhores, as modelares. No Brasil, desde o Império se imagina investir numa escola que se tornaria modelo das demais, como se as demais recebessem o mesmo investimento. Nosso melhor exemplo é o Col. Pedro II. Mas como o país não aprende, ainda recentemente a mesma política se apresenta. Foi o que aconteceu com a reforma do ensino médio do desgoverno Temer: afinal, onde estão as escolas financiadas que seriam modelos? Alguém as conhece?

Mas não conseguimos ficar parados: aparece outro desgoverno que tira do chapéu, como se fosse um coelho de alguma mágica, outra superstição de melhorar a educação criando escolas-modelo. E estas agora seriam de gestão civil-militar. Os colégios militares como modelo ideal; as escolas militarizadas – e financiadas – como modelos a serem seguidos. Ou seja, parece que não se aprendeu nada com a história passada nem com a história recente. A superstição de que se melhora a educação criando modelos a serem seguidos permanece viva. Não morre mesmo quando a história mostra que sua crença é mera superstição.

Neste momento, a militarização vem como solução disciplinar. Disciplina entendida como comportamento, como obediência a regras, submissão e silêncio. Como se sabe, no silêncio nada ecoa. Nesta disciplina, o que temos é a punição que cala, nos dois sentidos de calar: 1. que marca, que deixa cicatrizes; 2. que silencia, torna calado.

Mas há outro sentido de disciplina: aquela que a curiosidade e a busca impõem. E estas somente existem quando há perguntas. E com perguntas na mão, nos

“disciplinamos” para encontrar respostas - ESTUDAMOS.

Como a escola não é o espaço da curiosidade e da pergunta – ensinamos um excesso de respostas a pergunta nenhuma – as verdades aleatórias impostas aos estudantes nada lhes dizem; não sabem a que respondem o que se aprende. O vozerio, a balbúrdia são apenas sintomas desta ausência de perguntas. Uma disciplina rígida do comportamento para obter submissão poderá silenciar, mas não criará estudantes que buscam respostas, que se autodisciplinam porque se debruçam sobre um objeto que querem conhecer.

Se os objetivos educacionais de um país forem somente a instrução e a informação, com uma compreensão congelada sobre as coisas, sobre os homens e suas relações, reduzindo-se a aprendizagem à incorporação de habilidades e competências (que, como se sabe, uma vez adquiridas não demandam mais nada, não vão além), esta escola militarizada, que o atual desgoverno quer, preenche tudo o que desejam: submissão e ignorância.

Mas se os objetivos forem outros, aqueles que buscam ir além da informação e instrução para chegar a uma formação efetiva, há que ultrapassar a compreensão congelada das coisas, dos homens e de suas relações, para chegar ao nível da interpretação que exige “elaboração criativa”, em que mais do que saber sobre, é preciso interrogar, formular perguntas: uma pergunta respondida é uma pergunta geradora de outras perguntas. Por isso aquele que estuda jamais deixa de ser estudante: há uma infinidade nos interrogando; há uma certeza de que nada será fixado para todo o sempre. Estudar é entrar neste vórtice que nos leva além. Formar-se é saber que estamos sempre em formação.

Certamente estes objetivos não estão no horizonte de pensamentos tacanhos de ignorantes que tiram coelhos de sua cachola como soluções mirabolantes para a formação de um povo. O que querem é que o povo baixe a cabeça, empobreça e enriqueça a poucos. Nenhuma novidade acrescentada ao pensamento neoliberal: apenas mais crueldade com a juventude e com o futuro. É isto que quer a escola militarizada. Para infelicidade deles, a história mostrou que “escolas-modelo” não funcionam como modelos. Construir modelos é edificar na areia: outra onda aparecerá e apagará, para nossa felicidade, a loucura do presente.

Gestão cívico-militar das escolas públicas O PL 543/2020 do estado do Paraná

Monica Ribeiro da Silva – UFPR

Este texto traz uma síntese dos argumentos que levei à Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Paraná no dia 18 de setembro de 2020. Os princípios que orientam as ideias e posições elencadas abaixo estão ancorados na defesa da igualdade de condições de acesso, de permanência e de conclusão da educação básica e na defesa da formação humana com vistas à autonomia intelectual e moral dos sujeitos.

As iniciativas governamentais de militarização das escolas públicas se baseiam em pressupostos equivocados, em argumentos falaciosos e em proposições que descaracterizam princípios já consagrados na legislação educacional brasileira. A respeito dessas iniciativas, argumentamos:

Uma das justificativas para a inserção de gestão cívico-militar em escolas públicas está em uma suposta capacidade de, por esse meio, combater a violência. Vale lembrar que a origem da violência está na sociedade, sobretudo nas profundas desigualdades sociais, o que atesta a impotência da militarização da escola diante de elementos que ultrapassam o espaço escolar. Além disso, ao colocar prioridade sobre escolas em comunidades pobres o Projeto de Lei relaciona indevidamente pobreza e violência e denota uma forma preconceituosa de se referir a pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, sobretudo aos/às jovens. Há um evidente segregacionismo no Projeto de Lei, ao isolar algumas poucas instituições da totalidade do sistema escolar, o que contraria os dispositivos constitucionais de promoção da igualdade e equidade.

Na mesma direção, se alega que por meio da gestão cívico-militar se há de impor maior disciplina. Ora, a disciplina escolar se diferencia da disciplina militar. A disciplina de estudo é construída no convencimento e na interação entre estudantes e educadores – não se nasce aluno(a), torna-se! A disciplina para o estudo não se desenvolve pela imposição e pelo medo. Há um equívoco na associação entre “ordem” e “desempenho escolar”. A aprendizagem depende muito do desenvolvimento da autonomia intelectual e da disposição subjetiva para o estudo, o que muitas vezes exige interação, conversas, envolvimento coletivo.

Uma outra proposta no bojo da ideia de gestão cívico-militar diz respeito à “formação para o civismo”. No entanto, cívico, em sua etimologia vem do latim *CIVICUS*, “relativo a uma cidade ou comunidade,” que por sua vez vem de *CIVES*, “cidadão, aquele que vive em cidade.” O conceito por trás da palavra, como se vê, remete a cidadão, não a patriotismo ou algo semelhante e não se resume a “atividades extracurriculares” mas à totalidade do projeto pedagógico das escolas que visa à formação para a vida em

sociedade, o que exige, muitas vezes, a autonomia em se ter um posicionamento crítico diante da realidade. Formação cívica, portanto, não é sinônimo de formar para a “obediência”.

Sobre a questão da gestão escolar propriamente dita. Nunca é demais lembrar que a Gestão Democrática está disciplinada na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O Projeto de Lei contraria a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação quando, em vários de seus artigos, fragiliza as funções de direção escolar, propõe que não haja eleições para direção nas escolas de gestão cívico-militar e insere entes estranhos ao fazer administrativo e pedagógico nesse espaço.

A alegação de que nos Colégios Militares a taxa de evasão é 71% menor e 34% menor a reprovação do que nas demais escolas ignora, propositadamente, que as condições de oferta e qualidades desses colégios se distanciam, e muito, da imensa maioria das escolas. O financiamento público dos Colégios Militares é caracterizado por um custo aluno ano muito superior ao das demais instituições públicas em pelo menos quatro vezes, ou seja, se um estudante de ensino fundamental e médio de escola pública possui um gasto médio de \$5.000,00 ao ano, em um Colégio Militar esse custo pode chegar a \$20.000,00 por aluno/ano. Em nenhum lugar do Projeto de Lei está mencionado que se elevará o investimento nas escolas cívico-militares a esse patamar.

Vale reforçar o argumento anterior e acrescentar uma preocupação: O abandono e evasão escolar incidem, sobretudo, sobre a faixa etária de 14 a 18 anos. No Ensino Médio, a cada ano, em torno de 500 mil estudantes no país evadem já no primeiro ano. Diante desse cenário, é de se perguntar se a presença militar não poderia ser associada a um papel intimidatório para adolescentes e jovens e se isso não se tornaria um fator de indução ao abandono escolar, haja vista as experiências já realizadas que passam, por exemplo, em coibir vestimentas e outras formas de expressão das culturas juvenis.

Por fim, como pesquisadora do campo das políticas educacionais, não poderia deixar de mencionar que ações que tomam de forma isolada um ou outro aspecto do sistema escolar tendem ao fracasso.

Diante da incompatibilidade normativa e pedagógica presente no Projeto de Lei indiquei a sua rejeição na íntegra. Lamentavelmente, em que pesem todas as posições em contrário manifestadas por uma gama considerável de pessoas, a Lei foi aprovada.

Educação é ofício de mestres e de mestras: por que dizer não ao projeto de militarização das escolas públicas do Paraná

Bernardo Kestring - APP Independente

Sebastião Donizete Santarosa - APP Independente

Em 14/09, o governador Ratinho Junior apresentou um projeto de lei à Assembleia Legislativa do Paraná, propondo a criação de escolas cívico-militares. O projeto se baseia na ideia capciosa de que as escolas militarizadas apresentariam resultados melhores em exames de seleção e em índices de evasão do que as escolas civis. Não vamos perder nosso tempo e nem o dos leitores com essa retórica que exala oportunismo político e que não resistiria a uma análise sociopedagógica.

Dois aspectos desse projeto não podem escapar à crítica das comunidades escolares e da sociedade. O primeiro é a pretensão arbitrária de certos militares de dirigir projetos educacionais na sociedade civil, onde não têm qualquer familiaridade e tampouco legitimidade; o segundo é o objetivo demagógico e sórdido que se esconde por trás das aparentes boas intenções do governador.

É sabido que as entidades militares, por conta de seu caráter gregário, organizam-se a partir de princípios disciplinares rígidos de hierarquia e subordinação, sem questionamento das vozes de comando e de suas intenções. Essa obediência, quando circunscrita à esfera militar, pode até ser útil em situações de guerra, por exemplo, em que são necessários treinamentos para ações conjuntas de forma coordenada. A desobediência nessas situações pode ser desastrosa. Justamente por isso, a insubordinação em um regime militar é considerada crime passível de prisão e de exoneração.

O que precisamos entender é que o treinamento militar não pode ser confundido com a dinâmica da vida na sociedade civil. A vida em uma democracia demanda o desenvolvimento das potencialidades humanas, que se dá num processo de construção nunca pronto e acabado e que exige que as pessoas tenham autonomia para pensar, que se reconheçam livres para agir da melhor forma possível diante dos desafios e das circunstâncias inusitadas com as quais vierem a se defrontar.

A escola tem um papel fundamental na construção desses indivíduos capazes de pensar e agir com autonomia, com intencionalidade, com responsabilidade, respeitando condições de racionalidade e normas de socialização não arbitrárias. Educados nessa perspectiva, capazes de pensar criativa e criticamente, esses indivíduos estarão aptos a resistir às formas de dominação no âmbito da vida pública e privada e a construir os ideais e práticas de uma verdadeira república democrática.

Não é possível viver o que a vida nos oferece e pode nos oferecer, se estivermos sob o jugo e o controle de uma outra consciência, alheia ao nosso querer, de uma voz de mando que se impõe arbitrariamente como superior a nós e nos diz, a partir da sua perspectiva ou de um código de conduta, o que devemos pensar e o que devemos fazer antes de nos ter ensinado a pensar e a fazer com liberdade.

As perspectivas de abertura de horizontes existenciais e de valorização das potencialidades humanas são encontradas no fazer científico, nas formulações filosóficas, nas produções artísticas e na participação política, jamais na obediência tácita da voz de comando de militares. Ampliar nossos horizontes existenciais e viver o que a vida nos oferece de bom e belo exige uma educação que nos ofereça conhecimentos sólidos, que seja criativa e crítica e que prepare as crianças e os jovens para resistir às formas de dominação.

Numa formação militar, nada disso tem relevância. Muito pelo contrário. Os militares, na verdade, apenas se julgam capazes de educar porque aprendem, durante o processo de formação aquartelado, técnicas de comando que envolvem controle de consciências individuais, invariavelmente baseadas no medo e na opressão. Ao mesmo tempo em que o recruta, ou melhor, o aprendiz dos militares, é controlado pelas vozes de comando, ele vai perdendo, inequivocamente, o direito a autonomia de pensar, de falar, de caminhar e de agir.

Se a formação militar nada tem a ver com a formação humana concebida em um projeto de construção de uma sociedade livre, fundada em ideais republicanos e democráticos, por que o governador Ratinho Junior está tentando implantar esse modelo estapafúrdio e retrógrado de escolas militarizadas no Estado do Paraná? Esse projeto das escolas militares não passa de um truque para iludir a sociedade, quando seu objetivo escuso é cortar custos na área da educação, agravando a precarização das escolas, das condições de trabalho dos professores e comprometendo de forma irreversível a formação de uma ou mais gerações de crianças e jovens. Na verdade, o que o governador pretende é surrupiar o futuro dos filhos e das filhas dos trabalhadores, negando-lhes o acesso a uma educação digna e livre, por meio da imposição de uma formação para a subserviência.

Escolas militares existem para formar soldados e não cidadãos. O lugar dos militares é nos quartéis e não nas escolas da sociedade civil. Educação é matéria de educadores, é ofício de mestres e de mestras. Vamos dizer não, todos juntos, a esse projeto infame do governo do Paraná.

Participe do Jornal
ENVIE SEU ARTIGO PARA
jornalsisifo@gmail.com

Editores: Geraldo Balduino Horn e Alexander Machado